

**AGÊNCIAS E ASSOCIAÇÕES  
NAS REDES DE AGROECOLOGIA:  
PRÁTICAS E DINÂMICAS DE INTERAÇÃO NA SERRA  
GAÚCHA E NA ZONA DA MATA MINEIRA**  
*AGENCIES AND ASSOCIATIONS IN THE  
AGROECOLOGY NETWORKS: PRACTICES AND DYNAMICS  
OF INTERACTION IN THE SERRA GAÚCHA  
AND THE ZONA DA MATA MINEIRA*

Flávia Charão-Marques\*  
Claudia Job Schmitt\*\*  
Daniela Oliveira\*\*\*

**RESUMO:** O artigo busca explorar, desde uma perspectiva etnográfica, as múltiplas associações que se estabelecem entre práticas, agentes e materialidades na interação com “ideias agroecológicas”, em redes territorialmente referenciadas de promoção da agroecologia, com atuação na Serra Gaúcha e na Zona da Mata Mineira. As “ideias agroecológicas” emergem não como um referencial normativo dotado de coesão, mas como um catalisador de uma multiplicidade de agenciamentos e dinâmicas de interação, aumentando a densidade das redes e gerando efeitos de escala. As reflexões aqui apresentadas são resultado de um esforço relativamente longo e intenso de investigação, em que foram utilizadas diferentes estratégias de pesquisa incluindo observação participante, pesquisa

---

\* Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil; e-mail: flavia.marques@ufrgs.br

\*\* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professora do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil; e-mail: claudia.js21@gmail.com

\*\*\* Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Diretora de Projetos da Prefeitura Municipal de Antonio Prado, RS, Brasil; e-mail: danieloliveira02@yahoo.com.br

documental e geração de dados relacionais. Observa-se que passadas mais de duas décadas desde a estruturação das primeiras iniciativas locais nos contextos territoriais estudados, é possível identificar importantes mudanças nas redes de associações estabelecidas na Serra Gaúcha e na Zona da Mata de Minas Gerais, com o engajamento de novos atores e intensificação das conexões estabelecidas entre diferentes domínios de rede, emprestando tons diferenciados às interações que se estabelecem no entorno da “agroecologia”.

**Palavras-chave:** redes; agroecologia; agência; Serra Gaúcha; Zona da Mata.

**ABSTRACT:** *The article seeks to explore, from an ethnographic perspective, the multiple associations that are established between practices, agents and materialities in the interaction with “agroecological ideas”, referring territorial networks of agroecology, operating in the Serra Gaúcha and Zona da Mata Mineira. “Agroecological ideas” emerge not as a cohesive normative framework, but as a catalyst for a multiplicity of interactions and dynamics, increasing the density of networks and generating scale effects. The reflections presented here are the result of a relatively long and intense research effort, using different research strategies including participant observation, documentary research and relational data generation. It is observed that after more than two decades since the structuring of the first local initiatives in the territorial contexts studied, it is possible to identify important changes in the networks of associations established in the Serra Gaúcha and in the Zona da Mata, with the engagement of new actors and intensification of the connections established between different network domains, lending different tones to the interactions that are established in the surroundings of “agroecology”.*

**Keywords:** *networks; Agroecology; agency; Brazilian agriculture.*

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem se destacado no debate internacional como um importante centro de expansão de iniciativas agroecológicas, e pela criação de um conjunto diferenciado de instrumentos de política pública direcionados ao fortalecimento da agricultura familiar (Naciones Unidas, 2010; Altieri e Toledo, 2011; Lamine *et al.*, 2012; McKay, 2012; Petersen *et al.*, 2013; Del Grossi *et al.*, 2015; Flexor e Grisa, 2016). A emergência, no espaço público, de um movimento de crítica aos modos de organização dominantes da agricultura e da produção de alimentos no país, identificados ao chamado “modelo do agronegócio”<sup>1</sup>, está longe de ser resultado de avanços do pensamento científico aplicados às políticas públicas ou de um viés pró-sustentabilidade incorporado pelos gestores públicos. A agroecologia emerge no Brasil enquanto uma disciplina científica, um movimento e uma prática social (Wezel *et al.*, 2009) como expressão de um conjunto heterogêneo de dinâmicas sociais, ambientadas em distintos contextos, cuja emergência só pode ser compreendida em função do entrelaçamento, no tempo e no espaço, de distintas formas de ativismo político e práticas socialmente situadas, articuladas em diferentes escalas. Mas, mesmo admitindo que os processos de institucionalização do “ambiental” e da “agricultura familiar”, como domínios de intervenção do Estado, contribuíram para que as “ideias agroecológicas” pudessem estabelecer elos de ligação com políticas e ações públicas, a existência de um ambiente político e institucional um pouco mais permeável ao debate sobre a sustentabilidade do modelo dominante de agricultura não explica, por si só, a capilarização e o adensamento das redes de agroecologia.

Este artigo busca explorar as associações criativas que se estabelecem entre práticas, agentes e materialidades na interação com “ideias agroecológicas” em redes territorialmente referenciadas de promoção da agroecologia. A análise busca reconstituir a trajetória de duas “redes de agroecologia”, uma com atuação na Serra Gaúcha (Rio Grande do Sul) e outra na Zona da Mata Mineira (Minas Gerais), revelando práticas, conexões e sentidos compartilhados que emergem

---

1 Para uma análise abrangente das posições e oposições sociais relacionadas ao processo histórico do “agronegócio”, em suas distintas configurações ver: Heredia, Palmeira e Leite (2010). Sobre este tema, ver, também, Delgado (2012).

na inter-relação entre múltiplas agências. As “ideias agroecológicas” são vistas, aqui, não como um quadro normativo coeso, mas com um catalisador de conjuntos heterogêneos de associações materiais e discursivas, ações performativas e dinâmicas conversacionais. Distintas práticas comunicativas (Mische, 2003) produzem efeitos diferenciados sobre a conformação das redes, ensejando uma grande diversidade de práticas e de formas de tradução das “ideias agroecológicas” pelos distintos agentes engajados nestas dinâmicas de interação.

As reflexões aqui apresentadas são resultado de um esforço relativamente longo e intenso de investigação<sup>2</sup>, em que foram utilizadas diferentes estratégias de pesquisa incluindo observação participante, pesquisa documental e geração de dados relacionais. Recorrer a uma abordagem etnográfica multi-situada (Marcus, 1995; Marcus, 2009) nos permitiu estabelecer ligações entre processos aparentemente dispersos e fragmentados, no tempo e no espaço. Nossas possibilidades de explorar determinadas práticas e associações foram afetadas, sem dúvida, pela experiência pessoal de cada uma das autoras no seu envolvimento com o movimento agroecológico, em uma trajetória que remonta à década de 1990, estendendo-se até o presente. Este percurso influenciou nosso modo de olhar mas, também, nossa forma de circular nas “redes da agroecologia”, demandando um permanente exercício de alteridade, numa tensão constante entre aproximação e distanciamento.

Ao mesmo tempo, esta experiência mais longa de acompanhamento das práticas agroecológicas ao longo do tempo, tanto na Serra Gaúcha como na Zona da Mata de Minas Gerais, contribuiu para que pudéssemos conectar registros de campo produzidos em diferentes períodos e a partir de distintos pontos de observação. Em cada uma das configurações territoriais pesquisadas, organizações não governamentais de assessoria que vêm atuando, desde os anos 1980, na promoção da agroecologia<sup>3</sup>, constituíram-se como um im-

2 A pesquisa de campo que subsidiou a elaboração do trabalho foi parcialmente produzida no âmbito de dois projetos: *Agroecologia, políticas públicas e transições sociotécnicas: ampliação de escala de redes territoriais voltadas à promoção de uma agricultura de base ecológica*, financiado pelo CNPq e pela FAPERJ e *Transições sociotécnicas rumo à sustentabilidade no desenvolvimento: estudos sobre a Produção de Novidades entre agricultores familiares no Rio Grande do Sul*, desenvolvido com apoio da FAPERGS.

3 Estamos nos referindo, aqui, ao Centro Ecológico (CE) e ao Centro de Tecnologias Alternativa da Zona da Mata (CTA-ZM). O Centro Ecológico foi fundado em 1985, no município de Ipê, na Serra Gaúcha, por profissionais das ciências agrárias com atuação nas lutas contra os agrotóxicos.

portante “ponto de entrada” para um universo mais amplo de relações que foi explorado neste trabalho a partir de diferentes lugares, utilizando como recurso diferentes técnicas de pesquisa: entrevistas com agricultores e agricultoras em suas unidades produtivas; participação em reuniões, cursos e eventos de articulação das redes em suas respectivas regiões; visita a feiras, mercadinhos e outros espaços de comercialização; observação participante realizada em encontros de caráter nacional organizados pelo movimento de agroecologia - a exemplo do III Encontro Nacional de Agroecologia realizado em maio de 2015, em Juazeiro-BA – ou em espaços nacionais e regionais de debate sobre a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)<sup>4</sup>.

A referência a uma abordagem multilocalizada não se restringe, portanto, ao estudo de “redes de agroecologia”, cujas dinâmicas de territorialização encontram-se fortemente associadas (ainda que não de forma exclusiva) a unidades espaciais distintas, neste caso específico, à Serra Gaúcha e à Zona da Mata de Minas Gerais. A perspectiva, aqui proposta, busca articular, também, como observamos anteriormente, lugares distintos dentro de uma mesma configuração de rede (a unidade produtiva, a feira, o sindicato), transitando, ainda, por determinados lugares que servem como ponto de encontro entre diferentes redes, a exemplo dos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs). Importante destacar, no entanto, que, nas falas dos diferentes agentes, tanto a Serra Gaúcha como a Zona da Mata aparecem como referências geográficas importantes no espaço de relações tecido, ao longo do tempo, pelos atores sociais envolvidos na promoção da agroecologia nas configurações analisadas.

---

Foi criado, originalmente, como um centro de experimentação de práticas de agricultura ecológica. O Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata foi fundado em 1987, com sede no município de Viçosa-MG, por lideranças sindicais, agricultores e profissionais das ciências agrárias, tendo como objetivo o resgate e disseminação de tecnologias alternativas e o desenvolvimento de sistemas de produção adequados à realidade da agricultura familiar da Zona da Mata. Ver: Centro Ecológico. Acesso em: 30/05/2016; CTA-ZM. <http://www.ctazm.org.br/area/historico>. Acesso em: 30/05/2016. Agradecemos a ambas as organizações pela importante contribuição na realização deste trabalho.

4 Cabe mencionar, aqui: o Seminário “Dialoga Brasil” que teve como foco a discussão do II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (II PLANAPO), organizado pela Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) em Brasília no ano de 2015; o Seminário Regional do Sudeste para discussão do II PLANAPO, realizado em Viçosa-MG, também em 2015 e o Seminário Nacional por uma Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção, ocorrido em Luziânia-GO em abril de 2012.

Passadas mais de duas décadas desde a estruturação das primeiras iniciativas locais nos contextos territoriais estudados, é possível identificar importantes mudanças nas redes de associações estabelecidas na Serra Gaúcha e na Zona da Mata de Minas Gerais, com o engajamento de novos atores e intensificação das conexões estabelecidas entre diferentes domínios de rede, emprestando tons diferenciados às interações que se estabelecem no entorno da agroecologia<sup>5</sup>. Vale a pena destacar, no entanto, que o principal objetivo da pesquisa não foi comparar os dois casos com base em um conjunto discreto de variáveis, identificando similaridades e diferenças. Estamos interessadas, como sugere Law (1994), sobretudo, numa sociologia de verbos e não numa sociologia de nomes, compreendendo o mundo social como “um fenômeno emergente” que, “nos seus processos, dá forma aos seus fluxos” (Law, 1994, p. 15).

Em ambas as regiões os atores sociais utilizam o termo “rede” como uma forma de identificar o espaço relacional em que as práticas agroecológicas são interpretadas e experienciadas. Como observa Mische (2003, p. 2), em muitos contextos, a linguagem das redes foi profundamente incorporada ao vocabulário dos atores sociais como um meio para alcançar determinados fins políticos ou como “um valor político em si próprio, frequentemente em oposição a modelos organizacionais mais tradicionais (ou seja, centralizados e hierárquicos)”. No caso específico das “redes de agroecologia” no Brasil, o uso do termo remonta aos anos 1980, quando as iniciativas voltadas à promoção de uma “agricultura alternativa” passaram a se articular em nível nacional<sup>6</sup> através do Projeto Tecnologias Alternativas (Projeto PTA) coordenado, inicialmente, pela organização não governamental Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), constituindo-se, posteriormente, como uma rede de organizações com atuação em diferentes regiões do país. Em 2002, foi criada a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), frequentemente identificada como uma rede de redes, contando com

<sup>5</sup> Para uma discussão sobre processos comunicativos através de diferentes domínios de rede ver Mische e White (1998).

<sup>6</sup> Sobretudo, nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país.

a participação de um conjunto diferenciado de atores, incluindo organizações não governamentais (ONGs) de assessoria, movimentos sociais e articulações de organizações da sociedade civil com expressão regional. Em nível regional/territorial, estruturas formais ou informais de governança que buscam articular diferentes agentes comprometidos com a promoção da agroecologia também são designadas como redes, a exemplo da Rede Ecovida de Agroecologia<sup>7</sup>.

Buscamos nos distanciar, neste trabalho, da visão proposta por Castells que identifica a lógica das redes como a expressão de uma “nova morfologia do social”, estreitamente associada às transformações econômicas e sociais geradas pelo surgimento de um novo paradigma tecnológico baseado nas tecnologias da informação (Castells, 1999, p. 505). As redes, neste artigo, são concebidas como campos relacionais que se constituem através de conjuntos múltiplos e entrelaçados de associações, que se desdobram no tempo (Emirbayer e Mische, 1998). Estes contextos de ação, ao mesmo tempo em que atualizam determinados princípios estruturais consolidados ao longo do tempo, são constantemente reproduzidos e transformados pelos agentes sociais. Não se trata, portanto, de reduzir as práticas dos atores à morfologia das redes. Destaca-se aqui, também, como um componente importante da análise, as relações existentes entre materialidades, discursos, heterogeneidades e processos, nas dinâmicas interativas analisadas (Latour, 2007; Law e Singleton, 2013).

Estamos atentas ao fato de que relações sociais e processos ecológicos espacialmente articulados são elementos cruciais na constituição das “redes de agroecologia”. Partimos, no entanto, de uma visão relacional e não substantiva do espaço. Entendemos, neste sentido, que os processos de constituição destas redes e suas dinâmicas de territorialização podem ser melhor compreendidos a partir de um olhar capaz de perceber os processos de formação e reconstituição da ruralidade sob as forças da globalização, como

---

7 A Rede Ecovida de Agroecologia foi fundada em 1998, sendo constituída por agricultores familiares, técnicos, comerciantes e consumidores reunidos em associações, cooperativas, grupos informais e pequenas agroindústrias comprometidos com o desenvolvimento da agroecologia, facilitando processos participativos de certificação e troca de informações. Encontra-se presente nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ver: <http://www.ecovida.org.br>. Acesso em: 02/05/2016.

um processo múltiplo (Woods, 2007), mutante (Arce e Long, 2000) e contingente (Paredes *et al.*, 2016) e não como o resultado de transformações previsíveis e unidirecionais. Como um conjunto aberto de ações e enunciados (Schatzki, 2001), as práticas sociais, enraizadas nas redes, emergem como feixes de atividades intrinsecamente especializadas e estreitamente associadas aos corpos e às materialidades (Schatzki, 2015). Nessa perspectiva, a intensificação ou o adensamento das redes podem ser percebidos como processos emergentes, que se desdobram, no tempo e no espaço, como resultado de associações contingentes, cujos cursos de mudança podem apresentar uma diversidade de pequenas variações, gerando encadeamentos não previsíveis e ensejando múltiplas possibilidades de ação.

## 2 A EMERGÊNCIA DA AGRICULTURA ECOLÓGICA NA SERRA GAÚCHA

(...) o objetivo era experimentar um outro modelo de agricultura (...) testar coisas ligadas a um outro modelo, sem insumos químicos. Essa ideia surgiu das discussões na Assembleia Legislativa, durante a discussão da lei dos agrotóxicos. As pessoas diziam: “*vocês não têm prova. Vocês não sabem se isso vai funcionar. Não têm exemplos concretos, ninguém fez isso ainda. Tudo bem, vocês podem brincar com uma hortinha sem veneno, mas vocês não têm condições de fazer isso a sério*”. Esse era o argumento dos que eram contra a regulação dos agrotóxicos, era isso que a indústria e os seus representantes nos cobravam durante a discussão da lei. Nós fomos convocados a apresentar exemplos concretos. Essa era a ideia por trás do Projeto Vacaria.

É desta forma que a engenheira agrônoma Maria José Guazzelli descreve o Projeto que se tornaria o embrião da agricultura ecológica na Serra Gaúcha. O Projeto Vacaria teve seu início nos anos 1980, surgindo como resultado da atuação de militantes ambientalistas engajados desde a década de 1970 em um movimento de denúncia dos impactos dos agrotóxicos à saúde e ao ambiente e de



luta pela regulação do uso destes produtos pelo poder público. Tendo como objetivo *fazer propostas concretas*<sup>8</sup> estes agentes criaram um centro de produção, demonstração e experimentação de práticas alternativas, buscando se opor à ideia de que não era possível produzir alimentos em escala comercial sem o uso de agrotóxicos.

Naquele momento, não existiam no Brasil programas oficiais de experimentação voltados à promoção de uma agricultura sustentável, baseados em formatos tecnológicos alternativos ao pacote tecnológico da Revolução Verde. Os técnicos envolvidos no Projeto Vacaria tinham como referência as experiências desenvolvidas na Europa no campo da agricultura biológica e da agricultura biodinâmica e contavam com algum suporte através de projetos de cooperação internacional. A principal referência no Brasil, naquele momento, no campo das *tecnologias alternativas*, era a Rede PTA. Ambos os projetos eram contemporâneos. O trabalho desenvolvido na Serra Gaúcha tinha como eixo central produzir *comida sem veneno*. Essa linha de atuação influenciou para que as práticas desenvolvidas na Serra Gaúcha fossem identificadas como práticas em *agricultura ecológica* (Charão-Marques e Oliveira, 2016). Em 1994, o trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto Vacaria foi reconhecido pela Rede PTA, passando a se articular às demais organizações vinculadas à Rede com atuação em diferentes regiões do país.

O termo *agricultura ecológica* foi debatido e, posteriormente, escolhido por técnicos e agricultores como uma forma de tornar explícita sua oposição em relação à *agricultura orgânica*, compreendida como um conjunto de práticas norteadas pela substituição de insumos e pela criação de um nicho de mercado. A ideia central era *ecologizar* a agricultura, mas também, *viver ecologicamente*, construindo novas relações com a natureza. A fala abaixo, ilustra bem esta visão:

O que eu tinha? Eu tinha uma forte convicção (...) nós tínhamos tudo bem claro, nós não queríamos isso para a nossa família, para as nossas crianças, para nossa sociedade; nós não queremos esse modelo em que as pessoas ficam doentes, ou contaminam o solo e a

---

<sup>8</sup> As expressões em itálico correspondem a categorias utilizadas pelos próprios atores sociais.

água. E tudo isso estava dentro de nós. Nós tínhamos uma ideologia, mas também uma outra coisa importante nessa caminhada, nós tínhamos a mística, nós tínhamos princípios, o princípio da vida, ninguém pode vencer o princípio da vida. E foi por isso que nós começamos a buscar alternativas [Volmir Furlim, agricultor].

Tornar-se um *agricultor ecologista* leva tempo. Trata-se de um processo que envolve mudanças individuais, mas que se encontra estreitamente articulado a uma trama de práticas coletivamente construídas. O Projeto Vacaria restringiu-se, na sua fase inicial, a atividades de demonstração e experimentação em *agricultura ecológica*. A partir de 1985, inicia-se um diálogo com as comunidades locais, através da Pastoral de Juventude (PJR), facilitado pelo Padre Schio, da Paróquia de Antônio Prado. Os agentes religiosos e os jovens agricultores estavam preocupados com o êxodo rural e intoxicações decorrentes do uso agrotóxicos, sobretudo na produção de maçãs, a primeira cultura na região que incorporou o pacote tecnológico da Revolução Verde, que foi adotado, posteriormente, na produção de uvas e hortaliças, assim como na produção animal. A interação da PJR com a *agricultura ecológica* foi influenciada pela Teologia da Libertação e pela emergência, durante o período de redemocratização, de uma agenda política de contestação dos impactos econômicos, sociais e ambientais do processo de modernização da agricultura brasileira, mas o interesse despertado por esta nova forma de se fazer agricultura foi norteador, também, por motivações práticas. A agricultura ecológica representava, em alguma medida, um movimento de resistência ideológica, mas, também, a possibilidade de reagir a uma dinâmica de exclusão, sobretudo no que diz respeito à inserção destes agricultores nos mercados de produtos agrícolas.

Foi criada, inicialmente, uma primeira associação, a AE-CIA<sup>9</sup>, formada por 25 agricultores, boa parte deles ligados à PJR. Na sequência, novos grupos se constituíram. Atualmente, a rede de *agricultura ecológica* existente na Serra Gaúcha reúne 329 famílias de agricultores ecologistas organizadas em quatro cooperativas, 25

<sup>9</sup> Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado.

associações e 30 agroindústrias familiares. Estas organizações estão envolvidas na produção e processamento de frutíferas como a uva, o pêssego, a ameixa e a maçã, bem como de uma grande diversidade de hortaliças e grãos, além da erva-mate, que são vendidos através de diferentes canais de comercialização incluindo feiras, pequenas lojas, os programas públicos de aquisição de produtos da agricultura familiar e até mesmo grandes supermercados. As organizações integrantes da rede foram ganhando experiência ao longo do tempo, criando diferentes tipos de conexões entre si e com atores externos, passando a se engajar em dinâmicas mais abrangentes de organização política e de construção de mercados. A experiência socialmente situada de engajamento do Centro Ecológico e das organizações de agricultores ecologistas da Serra Gaúcha influenciou o processo de criação da Rede Ecovida de Agroecologia que reúne cerca de 2.500 famílias de agricultores, organizados em 213 grupos, 85 entidades de assessoria, 21 organizações de consumidores e 113 unidades de processamento de base familiar (Perez-Cassarino, 2012).

Recentemente, é possível identificar uma significativa expansão da rede de região da Serra Gaúcha. Vários são os fatores que podem ser atribuídos como estimuladores desta expansão, entre os quais a implantação, nos períodos 2007 a 2009 e 2010 a 2014, de projetos de assistência técnica e extensão rural, financiados pelo Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN). Estes projetos foram desenvolvidos através da parceria estabelecida entre a Federação das Cooperativas Vinícolas do Rio Grande do Sul (FECOVINHO) e o Centro Ecológico, tendo como objetivo a construção de alternativas sustentáveis voltadas ao fortalecimento da viticultura de base familiar na Serra Gaúcha. Estas iniciativas tiveram como foco principal a disseminação de princípios e práticas voltados à sustentabilidade da produção familiar e ao manejo ecológico dos sistemas produtivos, principalmente na produção de uva. Envolveram, numa etapa inicial, cerca de 600 famílias e, na segunda fase, aproximadamente 280 famílias.

A imigração italiana, que teve início no século XIX, influenciou fortemente a conformação da agricultura familiar na Serra

Gaúcha, contribuindo para o estabelecimento de uma agricultura colonial, diversificada do ponto de vista produtivo e que, desde sempre, estabeleceu relações com os mercados de produtos agrícolas, inclusive no período anterior à modernização da agricultura. Nesta fase inicial, parte dos colonos foi capaz de acumular capital através da agricultura e do comércio, capital este que foi investido, mais à frente, na modernização das unidades produtivas e no desenvolvimento de atividades não agrícolas, inclusive, no setor industrial, como a indústria metal-mecânica e a fabricação de móveis. A região da Serra Gaúcha tornou-se, também, a mais tradicional região produtora de uva e derivados (incluindo vinhos e espumantes) do Brasil, desenvolvendo, também, um complexo turístico associado a estas atividades. A região, do ponto de vista da agricultura e do meio rural, é considerada uma “região desenvolvida”, no entanto, é possível identificar neste território diversos conflitos e tensões gerados pelo processo de modernização da agricultura, também pelo avanço da industrialização e da urbanização, que produziram desigualdades sociais e econômicas na agricultura, ainda que o trabalho familiar e a propriedade da terra tenham sido preservados ao longo do tempo.

Os números relacionados à expansão da rede de agroecologia indicam uma expansão da área geográfica influenciada pela rede de agroecologia, compondo uma teia heterogênea de informações, conhecimentos, produtos e recursos. Nossa avaliação é que este processo é, por um lado, tributário à ação social dos agricultores e suas organizações, que foram capazes de construir interfaces com outros atores, criando, por exemplo, circuitos comerciais para os produtos ecológicos, sem perder singularidades e características locais. Por outro lado, a riqueza criada e sua continuidade ao longo do tempo foram decisivas para manter o envolvimento das famílias e um círculo virtuoso de mudança na organização produtiva interna nas explorações e nas suas relações com o entorno. Ao mesmo tempo, a expansão espacial da rede foi facilitada pelo envolvimento dos agricultores na Rede Ecovida de Agroecologia e pelas ações constantes do Centro Ecológico. Um significativo avanço tecnológico também contribuiu para isso. Foram observados vários processos de inova-

ção local ao longo dos anos, que resultaram em excelentes níveis de produtividade e qualidade dos alimentos (Oliveira, 2014). De fato, após a consolidação da proposta agroecológica, muitas outras famílias passam a considerá-la como uma alternativa viável, engajando-se em processos de transição.

### **3 AGROECOLOGIA NA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS**

A porção do território mineiro conhecida como Zona da Mata<sup>10</sup> encontra-se situada em uma região marcada pela presença de uma cobertura original de Mata Atlântica, que hoje se encontra bastante degradada. Segundo Comerford (2003, p. 26), o processo histórico de ocupação da Zona da Mata mineira foi até certo ponto tardio, se comparado ao de outras regiões vizinhas. A densa cobertura vegetal e o relevo acidentado parecem ter contribuído para o relativo isolamento da área em relação aos demais núcleos de povoamento existentes nessa porção do território brasileiro no período colonial. Destaca-se, ainda, o fato de que a ocupação desta porção do estado de Minas Gerais foi limitada pelo governo colonial como forma de controlar a circulação de pessoas e mercadorias entre a região das minas, o litoral fluminense e o litoral capixaba, impedindo a abertura de novos eixos que ligassem as minas ao litoral (Paula, 2005). Esses diversos fatores possibilitaram, ao que tudo indica, tanto a permanência de populações indígenas (sobretudo dos índios puris), principalmente na parte ocidental da Serra do Brigadeiro, como a fixação, nessa mesma área, de remanescentes de populações negras trazidas para o trabalho nas minas. Verifica-se, posteriormente, a instalação nesta região, de imigrantes de origem europeia.

Na primeira metade do século XIX, a região vivenciou um período de crescimento econômico e populacional em função da expansão da cafeicultura baseada, inicialmente, na mão de obra escrava

---

<sup>10</sup> A Zona da Mata de Minas Gerais, como unidade administrativa, é uma das 12 mesorregiões do estado de Minas Gerais sendo composta por 142 municípios. Ver: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/uftabunit.asp?t=11&n=8&z=&o=4>. Acesso em: 01/06/2016. Utilizamos neste trabalho esta referência espacial, na medida em que a mesma evidenciou-se, ao longo da pesquisa, como significativa para os atores vinculados à "rede de agroecologia", o que não significa que a mesma não seja permanentemente construída e reconstruída nas práticas desses atores.

e, posteriormente, em camponeses ligados à terra através de relações de parceria. Nos últimos duzentos anos, a cultura do café atravessou períodos de expansão e retração, mantendo-se, no entanto, como uma atividade importante. O produto é cultivado na Zona da Mata em grandes e médias propriedades, mas, sobretudo, em pequenos estabelecimentos agrícolas de base familiar. Nas últimas décadas, a Zona da Mata de Minas Gerais tornou-se, também, uma área de expansão de grandes empreendimentos, com a implantação de diversas barragens e projetos hidrelétricos, a expansão da mineração (sobretudo da bauxita) e a instalação de vias de grandes minerodutos, gerando diferentes conflitos relacionados à posse da terra e aos impactos sociais e ambientais associados a estas atividades econômicas. A instalação de unidades de conservação ambiental, com ameaça de desapropriação de populações urbanas e rurais, aparece também como um fator importante de tensão social e de transformação da paisagem da Zona da Mata.

A constituição da rede de agroecologia da Zona da Mata de Minas Gerais encontra-se estreitamente associada a uma série de conflitos ocorridos ainda nos anos 1980, envolvendo parceiros e proprietários de terra. A luta pelo reconhecimento dos direitos trabalhistas, principalmente de meeiros, estimulou a formação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) em municípios da região, processo apoiado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelas Comissões Eclesiásticas de Base (CEBs) e pelo Movimento da Boa Nova (MOBON)<sup>11</sup>, todos inspirados na Teologia da Libertação. O entrelaçamento entre o processo de constituição dos STRs e o movimento emergente de promoção de uma “agricultura alternativa” possibilitou o encontro entre líderes sindicais, camponeses e jovens profissionais das ciências agrárias, dando origem, em 1987, ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM). O CTA-ZM desde o início estabeleceu uma relação estreita com o Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa (GAAV), formado por estudantes da Universidade Federal de Viçosa (UFV), bem com o projeto PTA.

Alguns aspectos devem ser destacados a partir deste emaranhado de discursos e práticas sociais. Uma delas é a aproximação

---

<sup>11</sup> Informações mais detalhadas sobre o MOBON podem ser encontradas em Oliveira (2012).

estabelecida entre CTA-ZM e os STRs, impulsionada pela noção de que seria possível uma luta conjunta em defesa dos direitos dos agricultores e pela disseminação de *tecnologias alternativas*. O segundo aspecto é a expansão e a intensificação da relação entre CTA-ZM e a Universidade Federal de Viçosa (UFV). Num primeiro momento a relação foi sendo construída por estudantes que abriram o diálogo e propuseram ações conjuntas; mais tarde, notadamente a partir do ano 2000, alguns professores do Departamento de Solos (DPS) engajaram-se, também, na estruturação de vínculos entre a UFV os atores locais e passam a propor projetos de pesquisa e extensão rural, voltados à disseminação da agroecologia e ao fortalecimento das organizações dos agricultores, através de diferentes instrumentos de cooperação.

A crise ocorrida nos preços internacionais do café, entre 1980 e 1990, pode ser pontuada, também como um outro acontecimento, importante e contingente, que influenciou fortemente o surgimento e a expansão da “rede de agroecologia” na Zona da Mata. A retração desta atividade econômica nas décadas de 1980 e 1990 favoreceu a ideia de diversificação das atividades agrícolas com base em *tecnologias alternativas* e as ações de assessoria do CTA-ZM foram dirigidas nesse sentido. Mais tarde, ainda nos anos 1990, a recuperação dos preços do café e o movimento geral de fortalecimento do agronegócio brasileiro gerou um novo ciclo de expansão da cafeicultura na Zona da Mata, intensificando o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos.

Em resposta às ações ostensivas promovidas pelas empresas de agroquímicos em sua atuação sobre o território, diversas pessoas e organizações sociais (incluindo os STRs, o CTA-ZM, as associações de agricultores, professores da UFV, entre outros atores) passam a somar esforços na constituição, a partir de meados da década de 1990, do Movimento em Defesa da Vida e do Ambiente. As práticas de atuação deste Movimento, que concentrou sua atuação na Zona da Mata, foram fortemente inspiradas pelos princípios da Teologia da Libertação, ancorando-se na tríade *presença, anúncio e denúncia* (Ricci, 2006; Teixeira e Souza, 2015), incluindo a *presença* constante nas comunidades rurais, a *denúncia* de problemas gerados pelos agrotóxicos e o *anúncio* da existência de práticas alternativas. O Mo-

vimento buscava, portanto, ir além da crítica, sinalizando um projeto de futuro. Tal projeto, segundo os nossos interlocutores, levaria em conta as necessidades concretas das famílias em seu cotidiano.

Neste mesmo caminho de identificação dos problemas concretos vividos pelos agricultores da Zona da Mata e de construção de alternativas, destacam-se, também nos anos 1990, os chamados Diagnósticos Rápidos Participativos de Agroecossistemas (DRPAs). Esta ferramenta metodológica foi desenvolvida no âmbito da Rede PTA, sendo posteriormente adaptada às mais distintas realidades. Os DRPAs mobilizavam, na sua realização, agricultores pertencentes a diferentes comunidades rurais, envolvendo dinâmicas participativas de análise dos agroecossistemas, identificação dos problemas vividos pelas populações rurais e construção conjunta de alternativas. Na Zona da Mata, foram realizados DRPAs em diversos municípios, em articulação com os STRs e, muitas vezes, em parceria com o poder público municipal, visando a construção dos chamados Projetos Locais de Desenvolvimento (PDLs). A constituição em 1996 do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), cujo projeto previa, em sua área original, a desapropriação de terras cultivadas agricultores familiares da região, também motivou a realização por iniciativa do CTA-ZM e de diversos STRs de um DRPA envolvendo oito comunidades e quatro municípios, visando avançar na construção de propostas técnicas capazes de conciliar a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável das áreas situadas no entorno do Parque, com foco, sobretudo, na agricultura familiar. O uso das metodologias participativas contribuiu, sem dúvida, para a disseminação das “ideias agroecológicas” na Zona da Mata. O conflito gerado pela implantação do PESB trouxe também, para o centro do debate, o tema da conservação dos recursos naturais e dos impactos ambientais da chamada *agricultura convencional*.

Durante os anos 1990, uma nova questão emerge na cena local: as famílias de agricultores estavam produzindo alimentos sem o uso de agroquímicos, mas ainda com dificuldades de acesso aos mercados. O desafio neste momento passa a ser a criação de circuitos de comercialização de alimentos ecológicos a preços que fossem



considerados justos pelas famílias. Foi fundada, nesse período, a Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata que conseguiu reunir várias associações locais, dando início a diferentes esquemas de comercialização. Ao mesmo tempo, o debate sobre a certificação orgânica começa a tomar forma no Brasil, bastante estimulado pelo Estado. Algumas iniciativas voltadas à certificação do café orgânico começaram a ser implantadas localmente, ainda que com dificuldades. No entanto, estas estratégias provocaram questionamentos, por exemplo, sobre um possível processo de exclusão de agricultores da “rede de agroecologia” em função de compromissos assumidos com a construção de um nicho de mercado.

Outra contingência provocaria mudanças dentro no âmbito da rede de agroecologia à época: em nível nacional e estadual, um processo de ruptura política ocorrido no âmbito do movimento sindical rural levou a uma segmentação do movimento sindical em campos políticos distintos, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Nesse processo, alguns sindicatos na Zona da Mata afastaram-se do CTA-ZM e, conseqüentemente, do movimento agroecológico (Ferreira, 2015). Estas divergências, em princípio, deveriam enfraquecer a rede; no entanto, a emergência de novos processos a dinamizaram este campo organizativo, apontando outros caminhos.

Um episódio importante, já mencionado anteriormente, foi a criação do PESB. Avaliando, hoje, este acontecimento, a partir de um olhar retrospectivo, é possível dizer que a criação desta nova unidade de conservação teve um impacto positivo sobre a dinâmica da rede, ampliando o seu campo de ação com o objetivo redefinir a área de abrangência do Parque de forma a garantir a permanência das famílias agricultoras. Na mesma direção, a criação de três Escolas Família-Agrícola (EFAs), o fortalecimento da organização das mulheres rurais, a fundação de novas cooperativas de crédito e as ações voltadas à comercialização de produtos agroecológicos têm permitido o envolvimento de novos atores e a expansão da rede de agroecologia da Zona da Mata. Outro aspecto a ser observado, e que teve influência sobre a

dinâmica da rede no período mais recente, foi a expansão de políticas públicas específicas voltadas para a agricultura familiar que ocorre no país a partir dos primeiros anos da década de 2000.

É difícil ter uma dimensão precisa da configuração atual assumida pela rede e sua capacidade de influência, ao nível territorial. Uma pesquisa recente menciona a participação de 61 organizações, incluindo STRs, associações de agricultores, cooperativas, escolas família-agrícola, instituições superiores de ensino e pesquisa, organizações de mulheres e de jovens e redes de consumidores, entre outros. Estima-se a participação de 700 agricultores familiares. Além disso, recentemente, comunidades quilombolas e diversas organizações envolvidas no resgate da cultura negra têm estreitados vínculos com a “rede agroecológica”. Na Zona da Mata, a manutenção dos vínculos e a construção de novas associações não obedece a uma coordenação centralizada, ainda que organizações como o CTA-ZM, a Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata e a UFV sejam nós importantes na promoção atividades voltadas à articulação em rede.

#### **4 A EMERGÊNCIA DAS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES ECOLÓGISTAS: APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS**

As duas experiências apresentadas nas seções anteriores têm pontos em comum, como a crítica aos modos dominantes de agricultura, a influência da Teologia da Libertação na formação dos agricultores engajados e as práticas de experimentação como método de obtenção de novos conhecimentos e modos de fazer. Outro aspecto comum foi o desenvolvimento de redes de agroecologia como expressão de interações relacionais e associativas.

Em ambas as regiões, os atores vêm respondendo aos modos de organização de produção alimentar modernos e aos discursos e valores dominantes, reconfigurando as práticas produtivas de formas diversas. Essas recombinações não são transformações aleatórias, mas sim mudanças deliberadamente direcionadas contra a exclusão e contra processos de subordinação, cujas consequências são tanto ma-

teriais quanto subjetivas (Arce *et al.*, 2015). Empiricamente, as contra-tendências são materializadas em mudanças radicais nas práticas de produção, processamento e comércio de alimentos, mas também nas alianças/coalizões entre atores para, por exemplo, lidar com a legislação em vigor, reivindicar apoio ou políticas públicas específicas por parte do Estado. Essas alianças/coalizões, muitas vezes, são estabelecidas para resistir ou superar instituições que organizam e protegem o sistema convencional de produção de alimentos; no caso da Serra do RS associações foram necessárias para solucionar dificuldades impostas pelo sistema sanitário em relação aos padrões de processamento de alimentos. Sem essas coalizões, por exemplo, seria difícil assegurar na Zona da Mata acesso à terra pelas famílias de agricultores após a implementação da unidade de conservação da Serra do Brigadeiro.

Outra consideração é que as práticas de produção agrícola foram o primeiro foco de ação em ambas redes, tendo como horizonte a luta contra os agrotóxicos e, mais uma vez, seu desdobramento foi diferente em cada um dos casos. A construção da identidade do alimento ecológico foi mais importante para a rede localizada na Serra do RS, que interagiu com feiras e posteriormente com redes e regras de certificação. O depoimento de Olimar Pontel mostra como eles vivenciaram essas transformações.

[...] participando na feira, nós começamos a entrar em contato com outras pessoas [...] aquelas que compram na feira. Então nós paramos de ser aquela família que produzia e entregava na cooperativa [...] quebrando a relação com nosso próprio produto. [Com a feira] é você quem planta, produz, colhe e vende, certo? Então foi uma virada de 180 graus.

Na Zona da Mata a ‘agricultura alternativa’ significou uma chance de encarar o problema histórico de posse da terra. Por exemplo, em uma localidade chamada Araponga, a organização dos meeiros resultou em um fundo coletivo para a compra conjunta da terra, somente mais tarde a certificação e identidade dos alimentos orgânicos tornaram-se uma questão proeminente.

A experiência dos atores nas duas redes, sem dúvida, mobilizou capacidades de agenciamento de uma rede de relações sociais (Long e Ploeg, 1994), canalizando elementos específicos, tais como redes de parentesco, contingências econômicas, tecnologias, *etc.* A agência é revelada na influência sobre “os outros” para modificar estados estabelecidos, especialmente devido às capacidades de organização social, considerando-se, aqui, especificamente, as diversas formas de organização social e produtiva que foram capazes de estabelecer, muitas vezes, dentro de um ambiente sócio-político hostil. Essas formas de ordenação podem ser vistas como um produto da atividade das redes. Não obstante, as configurações resultantes dos encontros entre os diferentes atores são maleáveis, moldáveis e imprevisíveis (Callon, 2004). Em todo caso, as experiências situadas acabam por estabelecer novas formas de atuação, observáveis na forma como os atores constroem formas de produzir e discursos para gerar expressões locais de agroecologia.

**Box 1.** Um pouco sobre uma família e suas sementes na Capela de Santo Antônio – Ipê

Sair da rodovia e entrar na *colônia*<sup>1</sup> parece um pouco com uma viagem no tempo. Casas de madeira do século dezenove, vinhedos, estradas floridas e sotaque italiano são elementos notáveis na paisagem, frequentemente usados como atração turística. Mas, esta cena também faz parte da vida da família Manegatt, que fala sobre seu trabalho e ligação íntima com a natureza, desde a época em que seus antepassados plantavam trigo e milho, e criavam porcos, até a crise nos anos 1980. Vilmar diz que “*a terra estava esgotada*”, a saída mais evidente parecia ser plantar maçãs para fornecer ao recém-chegados *packing houses*, mas eles *temiam os bancos e os venenos*.

Naquela época, em cinco anos, mais de 20 famílias deixaram nossa comunidade, não tinham mais o que fazer aqui [...] não tinham mais a quem vender a produção. Famílias pegaram empréstimos e não conseguiram pagar. Aqui na comunidade, quem tinha mais dinheiro foi trabalhar com frutas, com tabaco, com suinocultura, avicultura, ou laticínios. Nós ouvimos dizer que as pessoas daqui estavam ganhando dinheiro na feira.

Essa feira, organizada por uma cooperativa de consumidores na capital do RS (a 200km de distância), foi um estímulo significativo para o processo de “ecologizar a agricultura” e organizar a si mesmos. Junto com outras sete famílias, os Manegatt fundaram a Associação de Agricultores Ecologistas da Linha Pereira de Lima (APEMA). As regras negociadas para a participação na feira incluíam a exclusão de variedades híbridas (naquela época não havia perspectiva de transgênicos), o que levou Vilmar a apostar em resgatar sementes crioulas, e criar seu próprio banco de sementes, além de colaborar com a Casa de Sementes Crioulas localizada na cidade do município de Ipê. Atualmente, Vilmar é conhecido por sua incrível coleção de sementes, e esta visibilidade promoveu sua participação no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ipê, e na coordenação da Associação do Conselho de Agricultores Ecologistas.

O Box 1 nos permite elucidar a ligação entre Vilmar e as sementes crioulas como parte da sua identidade de agricultor ecologista; ao mesmo tempo o trabalho de reconstrução do valor das sementes crioulas parece gerar outras intersubjetividades. Por exemplo, no começo, evitar o cultivo de sementes híbridas estava relacionado à resistência às companhias transnacionais; com o passar do tempo as práticas relacionadas ao resgate e uso de sementes crioulas construíram outros significados, tal como aquele ligado a qualidade do alimento, uma vez que as pessoas reconhecem que esse tipo de semente acrescenta uma qualidade especial aos alimentos. Ademais, a alimentação ecológica também construiu uma espécie de comprometimento com a memória e a tradição que estão incorporadas nas sementes crioulas. Todo sábado, consumidores que frequentam a feira, redescobrem abóboras que não viam desde a infância, ou milhos brancos com os quais suas avós faziam canjica, e assim por diante.

**Box 2.** *Não há como construir a agroecologia com desigualdade de gênero, lições da Zona da Mata?*

*Mudar a sociedade da maneira que queremos, participando sem o medo de ser uma mulher* [as mulheres cantam antes de começar uma reunião de grupo].

Eu luto para garantir que a próxima geração possa ter mais liberdade, E que jovens mulheres possam ter espaço e mais respeito.

O dia amanhece e, enquanto os outros dormem, as mulheres da Zona da Mata começam a trabalhar. O trabalho é duro, cortar cana de açúcar, colher café, cultivar os campos debaixo do sol e depois dessa jornada diária, elas ainda tomam conta da casa e alimentam a todos, mas ninguém reclama. A "luta", como elas dizem, é pelo reconhecimento, respeito, e por mais espaço e liberdade. No entanto, elas não estão mais sozinhas. Seu processo de organização começou nos anos 1980, apoiado pela Igreja Católica, passando pelos anos 1990 quando fundaram a Comissão Regional de Mulheres, incentivadas pelos sindicatos regionais e pelo CTA-ZM. A primeira conquista foi conseguir direitos trabalhistas como trabalhadoras rurais, garantidos pela Constituição de 1988. Mas, a conquista da aposentadoria, licença maternidade e outros benefícios não foi o fim. Outros dez anos passariam até que questões como a divisão sexual do trabalho e a violência doméstica viessem a público. Entre as mulheres na Zona da Mata, os alimentos produzidos nos quintais tornaram-se uma ponte para que elas se reunissem e conversassem sobre estas questões. Ao mesmo tempo, emergem oportunidades de venderem seus produtos e programas de capacitação em agroecologia. As mulheres garantiam sua participação por cotas reservadas nas atividades de capacitação e por atividades educacionais para as crianças durante os programas de estudo.

Práticas comunicativas envolvendo agroecologia e gênero tornaram-se um mecanismo importante de conexão das mulheres com a rede agroecológica na Zona da Mata, e de multiplicação de grupos de base. As mulheres são claras quando expressam que construíram uma forte relação entre feminismo e agroecologia, até porque [a mulher] *concebe a vida, então, ela quer plantar vida. Como é que ela vai usar veneno no alimento, sabendo que alguém vai adoecer?*

O Box 2 permite identificar diferentes dinâmicas sociais presentes na rede de agroecologia em Minas Gerais, bem como o engajamento imaginativo das mulheres em relação a seu próprio futuro. Desta forma, a organização das mulheres na Zona da Mata é um bom exemplo da criação de novas ligações entre esquemas interpretativos de pensamento e ação (Mische, 2002), fundamentalmente transformados em práticas. Tais lutas, ligadas ao feminismo, vêm influenciando a rede como um todo, especialmente porque a interseção não instrumental entre agroecologia e questões de gênero é, por sua vez, interativa e parte de uma dinâmica comunicacional mais ampla, entrelaçada com movimentos de mulheres nacionais e internacionais.

As duas pequenas vinhetas etnográficas mostram que o plantar, fazer feira, cozinhar, cantar compõem nexos entre ‘falar e fazer’, fazendo emergir práticas que estão inexoravelmente ligadas ao ‘mundo’ material, como produzir sementes, cuidar de quintais e cultivar alimentos, criando múltiplas associações. Por outro lado, fica bastante evidente que todos esses entrelaçamentos emergem das redes sem abandonar seu ‘estado transitório’. Aqui, convém trazer de volta a noção de ‘formas mutantes’ de Arce e Long (2000), considerando que o resultado desses múltiplos encontros (ou nexos) nunca são inteiramente controláveis, uma vez que suas próprias recomposições podem provocar outras formas de identidade, de qualidade, de organização, de capacidades e significados.

## 5 AMPLIANDO AS REDES: REFLEXÕES FINAIS

*É preciso fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, de maneira simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre n-1 (é somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele)* (Deleuze e Guattari, 2011, p.21)

Um argumento recorrente usado para diminuir a relevância da agroecologia em seu potencial transformador se refere ao excesso de localidade ou singularidade das experiências, aludindo uma

impossibilidade de replicabilidade. Essa questão nos parece que é parcialmente ligada à dificuldade em superar o princípio central da produção moderna de alimentos, a homogeneização para elevar a escala. Se seguirmos tal lógica, a mudança na produção de alimentos seria uma questão de aumentar em escala as ‘alternativas’. Não vem ao caso estender esse debate aqui, mas sim mencionar que essa visão vai de encontro com a possibilidade de repensar o desenvolvimento rural, levando em consideração as multiplicidades expressas na diversidade de atores, práticas e configurações materiais que moldam e transformam arenas sociais e instituições. As redes envolvem indivíduos e organizações (*e.g.* agricultores, técnicos, cooperativas, sindicatos, unidades agroindustriais, órgãos de certificação, *etc.*), e estamos considerando que, com o passar do tempo, cada vez mais entidades a têm composto (*e.g.* sementes crioulas, selos, rótulos, reivindicações das mulheres, *etc.*). Em particular, as redes agroecológicas abrangem práticas interligadas de agricultura, comércio, processamento alimentar, organização, assistência técnica, experimentação e outras. Essas diferentes entidades e práticas não são organizadas de maneira hierárquica; ao invés, o entrelaçamento entre elas pode ser visto como plano. Assim, a expansão esperada da agroecologia está provavelmente muito mais relacionada à densificação de arranjos de práticas e a processos situados de criação de redes.

Seria lógico, então, questionar por que há tantos entraves e reações contrárias à expansão da produção ‘alternativa’ de alimentos, ou a iniciativas agroecológicas, se estas não são uma ameaça real ao agronegócio, na medida em que seus interlocutores ainda defendem que é impossível alimentar o mundo dessa maneira! Uma tentativa de resposta poderia sustentar-se no fato de que a alimentação é vida ou morte (simples e dramaticamente assim, ninguém sobrevive sem comer), todavia, esta obviedade tem um incrível potencial politizador, uma vez que o alimento, além de objeto, também pode ser sujeito. Neste sentido, produzir alimentos orientados por princípios éticos e redistributivos pode não afetar o imperativo econômico do agronegócio, mas talvez estremeça profundamente os entendimentos e sentimentos das pessoas sobre a vida em si. Aí, jaz uma disputa

que é discursiva e simbólica, mas acima de tudo, é visceral, material e, no caso do Brasil, é também territorial, uma vez que envolve uma querela, por vezes violenta, pela terra, a água e a biodiversidade.

Segundo Blackman *et al.* (2008, p.14), a subjetividade não apenas serve como uma maneira de entender e enfrentar as relações de poder e desigualdades neoliberais, mas também poderia, paradoxalmente, reforçá-las; nessa linha, nós podemos destacar dois aspectos. Primeiramente, é importante evitar um possível mal-entendido maniqueísta de que as subjetividades emergentes das *redes de agroecologia* se mostra como alternativa única ao *mainstream*, reinventando dicotomias. Isso leva a um segundo aspecto empiricamente ancorado, há uma miríade de mudanças de rumo surgindo de experiências agroecológicas, mas elas são tão heterogêneas quanto são imprevisíveis. E o são, em parte, porque as mudanças estão ligadas à ampliação da alimentação (ecológica) como fenômeno social, uma vez que a expansão das redes está relacionada a uma série de práticas entrelaçadas com disposições materiais (Schatzki, 2015), e também a alianças nômades entre atores que reforçam a força cosmopolítica das multiplicidades relacionadas aos alimentos (Arce *et al.*, 2015).

Inegavelmente, as redes agroecológicas têm certo caráter distributivo em termos de objetividades, uma vez que por elas fluem recursos e conhecimentos, todavia, isso não implica causa e efeito ou processos ordenados passando por nós específicos. Para além dessa ‘propriedade’ inerente à rede, as práticas e os arranjos materiais que fluem através delas criam multiplicidades e subjetividades, especialmente considerando os elementos que nossa perspectiva empírica evidencia ao abordar as redes. Arriscamos dizer, assim, que as ligações afeto-subjetividade-afeto e assim por diante podem ser em si mesmas a expansão das redes agroecológicas, mesmo aceitando sua condição mutante e transiente.



## REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *Journal of Peasant Studies*, 38: 3. pp. 587-612, 2011.
- ARCE, A.; LONG, N. Reconfiguring modernity and development from an anthropological perspective. In: Arce, A.; Long, N. (Eds.) *Anthropology, Development and Modernities*. Exploring discourses, counter-tendencies and violence. Routledge: London, 2000, pp.1-31.
- ARCE, A.; SHERWOOD, S.; PAREDES, M. Repositioning food sovereignty: between Ecuadorian nationalist and cosmopolitan politics. In: Trauger, A. *Food Sovereignty in Geographical Context: Discourse, Politics and Practice in Place*, London: Routledge, 2015, pp. 125-144.
- BLACKMAN, L; CROMBY, J.; HOOK, D.; PAPADOULOS, D.; WALKERDINE, V. Creating Subjectivities. Editorial. *Subjectivity*, 22. pp. 1 – 27, 2008.
- BLANCO, G., ARCE, A.; FISHER, E. Becoming a region, becoming global, becoming imperceptible: territorialising salmon in Chilean Patagonia. *Journal of Rural Studies*, 42. pp. 179-190, 2015.
- CALLON, M. Por uma nova abordagem da ciência da inovação e do mercado. O papel das redes sociotécnicas. In: Parente, A. (org.) *Trama da Rede*. Porto Alegre: Sulinas, 2004, pp. 64-79.
- CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHARÃO-MARQUES, F.; OLIVEIRA, D. Agricultura ecológica al sur de Brasil: de alternativa a contratendencia. *Íconos*. Revista de Ciências Sociais, 54. pp. 87-106, 2016.
- COMERFORD, J. C. Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- DELGADO, G. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. de A. *An in-depth review of the evolution of integrated policies to strengthen family farms in Brazil*.

- ESA Working Paper, 15-01, Agriculture Development Economic Division, FAO, 2015.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. 2ed. Trad. Oliveira, A. L. de; Neto, A. G.; Costa, C. P. São Paulo: Editora 34, 2011 [1980].
- EMIRBAYER, M.; MISCHÉ, A. What is agency? *American Journal of Sociology*, 103:4. pp. 962-1023, 1998.
- FERREIRA, A. Dinâmicas sociais e desenvolvimento territorial no Território Serra do Brigadeiro: atores, redes e instituições. 2015. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal de Minas Gerais, FACE, Belo Horizonte.
- FLEXOR, G.; GRISA, C. Contention, ideas, and rules: the institutionalization of family farm policy in Brazil. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*. pp. 1-15, 2016.
- HEREDIA, B. *et al.* Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, 2010.
- LAMINE, C. *et al.* The civic and social dimensions of food production and distribution in alternative food networks in France and Southern Brazil. *International Journal of Sociology of Agriculture & Food*, Special issue, v. 19, Issue 3, p. 383-401, 2012.
- LATOUR, B. *Reassembling the Social*. An Introduction to Actor-Network Theory. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- LAW, J. *Organizing Modernity*. Oxford-UK/Cambridge-US: Blackwell Publishers, 1994.
- LAW, J.; SINGLETON, V. ANT and Politiques: Working in and on the World. *Qualitative Sociology*, 36: I.4. pp. 485-502, 2013.
- LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. *Rethinking Social Development: theory, research and practice*. England: Longman, 1994, pp. 62-90.
- MCKAY, B. A socially inclusive pathway to food security: the agroecological alternative. *International Policy Centre for Inclusive Growth*, Research Brief nº 23, 2012.
- MARCUS, G. E. Ethnography in the World System: The emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24. pp.

95-117, 1995.

- MARCUS, G. E. Multi-sited Ethnography. Notes and Queries. In: FALZON, M. A. *Multi-sited Ethnography: theory, praxis and locality in contemporary research*. Farnham-England / Burlington-USA: Ashgate Publishing Limited, 2009, p. 181-196.
- MISCHE, A.; WHITE, H. Between conversation and situation: public switching dynamics across network domains. *Social Research*, v.65, n. 3, p. 695-724, 1998.
- MISCHE, A. Cross-talk in movements: reconceiving the culture-network link. In: Diani, M.; McAdam, D. *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2003. pp. 1-26, 2003.
- NACIONES UNIDAS. Asamblea General. Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la Alimentación, Olivier de Schutter. Consejo de Derechos Humanos, 16º Período de Sesiones. 20 de diciembre de 2010.
- OLIVEIRA, F. R. C. Religião, política e comunidade: emergência e politização do Movimento da Boa Nova. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, D. Produção de Conhecimentos e Inovações na Agricultura Ecológica: o caso da Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado (AECIA). 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- PAREDES, M.; SHERWOOD, S.; ARCE, A. La contingencia del cambio social en la agricultura la alimentación en América Latina. Presentación del dossier. *Íconos*. Revista de Ciencias Sociales, 54. pp. 11-25, 2016.
- PEREZ-CASARINO, J. A construção de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia. 2012. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- PETERSEN, P. F.; MUSSOI, E. M.; DAL SOGLIO, F. Institutionalization of the Agroecological approach in Brazil: advances and challenges.

- Agroecology and Sustainable Food Systems*, 1: 37. pp. 103-114, 2013.
- RICCI, R. Religião, Fé e Política: a Teologia da Libertação como projeto político nacional. *Revista Espaço Acadêmico*, 58, 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/058/58ricci.htm>> Access: March, 2016.
- SCHATZKI, T. R. Introduction: Practice Theory. In: Schatzki, T. R.; Knorr-Cetina, K.; Savigny, E. *The Practice Turn in Contemporary Theory*. London: Routledge. pp. 1-14, 2001.
- SCHATZKI, T. R. Spaces of Practices and of Large Social Phenomena. *Space Temps*, 2015.<<http://www.spacestemp.net/articles/spaces-of-practices-and-of-large-social-phenomena>> Access: April, 2016.
- TEIXEIRA, H. A. C.; SOUZA, E. de. Libertação de dependência: a leitura teológica das ciências do social na América Latina. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, 36. pp. 21-31, 2015.
- WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, 29. pp. 503-515, 2009.
- WOODS, M. Engaging the global countryside: globalization, hybridity and the reconstitution of rural place. *Progress in Human Geography*, 31: 4, pp. 485-507, 2007.

**Recebido:**12/07/2016.

**Aprovação final:**10/12/2016.